

XIII CONCURSO PARA PROVIMENTO DO CARGOS DE JUIZ DO TRABALHO
SUBSTITUTO

PROVA DA 1ª FASE ETAPA 01

QUESTÃO 1

Sobre as fontes do Direito do Trabalho é incorreto afirmar:

- a) as fontes materiais justralhistas, sob a perspectiva sociológica, dizem respeito aos distintos processos de agregação dos trabalhadores assalariados, em função do sistema econômico, nas empresas e regiões do mundo ocidental contemporâneo;
- b) as fontes materiais justralhistas, sob o ponto de vista filosófico, correspondem às idéias e correntes de pensamento que influíram na construção e mudança do Direito do Trabalho;
- c) as fontes materiais justralhistas, sob o ponto de vista político, dizem respeito aos movimentos sociais organizados pelos trabalhadores, de nítido caráter reivindicatório, como os movimentos sindicais e políticos operários;
- d) a regra geral segundo a qual, em situação de conflito, a hierarquia das fontes formais é obedecida, ou seja, que a ordem jurídica de âmbito maior afasta a de âmbito menor, é absoluta no Direito do Trabalho;
- e) a par das fontes principais, existem outras fontes subsidiárias ou integradores, das quais pode se socorrer o intérprete diante das lacunas do direito positivo, como o direito comum, naquilo em que não for incompatível com os princípios fundamentais deste.

QUESTÃO 2

Sobre os princípios do Direito do Trabalho é incorreto afirmar:

- a) o princípio da continuidade da relação de emprego propõe como regra geral o contrato de trabalho por tempo indeterminado e, caso evidenciado o rompimento do

vínculo, faz presumida a ruptura contratual mais onerosa ao empregador (dispensa injusta);

- b) a partir da percepção do valor igualdade, o Direito do Trabalho adota um princípio compensador de desigualdade (de proteção), consagrando um favorecimento do trabalhador, sujeito mais fraco na relação com o capital. Assim, com esse princípio, protege uma das partes na busca de uma igualdade substancial;
- c) para jurista uruguaio Américo Plá Rodriguez, o princípio protetivo manifesta-se em várias dimensões, sendo numa delas, no princípio da norma mais favorável, que informa o direito adquirido;
- d) a irrenunciabilidade dos direitos trabalhistas traduz a indisponibilidade dos bens por ele tutelados, ou seja, que os direitos trabalhistas são irrenunciáveis porque o trabalhador deles não dispõe;
- e) o princípio da intangibilidade salarial projeta-se em garantias contra as mudanças contratuais e normativas que provoquem a redução do salário.

QUESTÃO 3

Dentre os critérios abaixo assinale aquele que não serve para diferenciar os princípios das demais normas jurídicas:

- a) os princípios têm grau de abstração mais elevado do que as normas;
- b) os princípios são mais duradouros do que as normas e transcendem o direito positivo;
- c) os princípios são ordenações que se irradiam e imantam os sistemas de normas, enquanto estas são preceitos que tutelam situações subjetivas de vantagem ou de vínculo;
- d) a aplicabilidade dos princípios ocorre diretamente, ao contrário das normas, que carecem de mediações concretizadoras;
- e) os princípios não se excluem do ordenamento jurídico na hipótese de conflito entre eles, pois permitem ao intérprete a adoção do critério de ponderação de valores, ao contrário das demais normas (regras), que são operadas de modo disjuntivo, isto é, o

conflito entre elas é dirimido no plano de validade: aplicáveis duas normas a uma mesma situação, uma delas apenas a regulará, atribuindo-se à outra o caráter de nulidade.

QUESTÃO 4

A respeito do princípio de direito do trabalho, da autodeterminação coletiva, é incorreto afirmar:

- a) a auto-regulamentação provinda dos contratos coletivos é vinculativa para os contratos individuais. Integra o elenco do contrato mínimo, sendo irrenunciável pelo empregado enquanto vigente;
- b) os direitos obtidos na auto-regulamentação (plano coletivo das relações de trabalho) são reversíveis se a categoria assim o entender, porque ela tem autonomia para assim deliberar;
- c) os direitos contemplados na negociação coletiva têm vigência limitada no tempo e não se incorporam definitivamente nos contratos individuais de trabalho;
- d) a deliberação coletiva dos trabalhadores em favor da greve impossibilita a caracterização de inexecução faltosa nos contratos individuais;
- e) são incorretas todas as alternativas.

QUESTÃO 5

Assinale a proposição incorreta a respeito da prescrição trabalhista:

- a) embora as ações declaratórias não prescrevam, podem prescrever os seus efeitos patrimoniais;
- b) a prescrição interrompe-se na data do ajuizamento da ação, tanto em relação ao objeto da peça inicial como ao do aditamento dela, apresentado posteriormente pelo autor e recebido pelo juiz;

- c) é trintenária a prescrição do direito de reclamar contra o não-recolhimento da contribuição para o FGTS, observado o prazo de 2 (dois) anos após o término do contrato de trabalho;
- d) sobrevindo causa interruptiva do prazo prescricional com o contrato em curso, apaga-se o prazo fluído e resguardam-se as prestações que seriam por ele fulminadas, iniciando-se a contagem integral de novo prazo;
- e) o prazo prescricional também se interrompe quando o devedor reconhecer, inclusive extrajudicialmente, a dívida. Nesse caso, o novo prazo começa a fluir a partir da data em que é manifestado esse reconhecimento.

QUESTÃO 6

Sobre o empregador é incorreto afirmar:

- a) quando se altera a titularidade ou a estrutura jurídica da empresa, a relação de emprego não sofre qualquer solução de continuidade, embora se altere a pessoa do empregador;
- b) o art. 2º, § 2º, da CLT consagra a solidariedade para efeitos da relação de emprego sempre que uma ou mais empresas, tendo, embora, cada uma delas personalidade jurídica própria, estiverem sob direção, controle ou administração de outra, constituindo grupo econômico;
- c) o poder diretivo do empregador expressa-se sob múltiplas formas, tais como nos atos de regulamentar a relação de emprego, distribuir, dirigir, orientar e fiscalizar a prestação de serviços, adequar a prestação de trabalho às necessidades da empresa e impor sanções disciplinares ao empregado faltoso;
- d) ao contrário do que ocorre em relação ao empregado, a personalidade tende a ser irrelevante na tipificação da figura do empregador, pois neste pólo predomina a impessoalidade, acentuando a lei a despersonalização como marca distintiva do sujeito passivo da relação de emprego;
- e) a despersonalização do empregador tem despontado como importante fundamento para a desconsideração do manto da pessoa jurídica, em busca da responsabilização

solidária dos sócios integrantes da entidade societária em caso de frustração da execução trabalhista contra o patrimônio da empresa.

QUESTÃO 7

Sobre os limites para a aplicação de penalidades pelo empregador, à luz do Direito do Trabalho, é incorreto afirmar:

- a) as punições no âmbito empregatício têm que ser gradualmente dosadas, em proporção crescente, desde a penalidade mais branda até a mais elevada (advertência, suspensão e dispensa por justa causa), com vistas a propiciar o alcance dos fins pedagógicos do exercício do poder disciplinar;
- b) o que pode ser tido como infração laboral será exclusivamente um comportamento do trabalhador que prejudique o cumprimento de suas obrigações contratuais trabalhistas ou, no mínimo, produza injustificável prejuízo ao ambiente de trabalho;
- c) são requisitos subjetivos para a aplicação do poder disciplinar a autoria obreira da infração e seu dolo ou culpa com respeito ao fato ou omissão imputados;
- d) são circunstanciais os requisitos que dizem respeito à atuação disciplinar do empregador em face da falta cometida e do trabalhador envolvido, tais como: nexo causal entre a falta e a penalidade; proporcionalidade entre elas; imediatidade da punição; ausência de perdão tácito; singularidade e inalteração da punição;
- e) o critério da singularidade da punição concretiza o princípio clássico do *non bis in idem* no âmbito do poder disciplinar, pelo qual o empregador não pode aplicar mais de uma pena em função de uma única falta cometida.

QUESTÃO 8

Em relação à história do Direito Coletivo do Trabalho e a Sindicalização é incorreto afirmar:

- a) nasceu com o reconhecimento de associação dos trabalhadores, o que veio a ocorrer após a Revolução Industrial;

- b) o direito de associação, na Alemanha, foi admitido expressamente pela Constituição de Weimar, de 1919, tendo sido a primeira Constituição a tratar da matéria trabalhista e do direito coletivo do trabalho;
- c) o direito de sindicalização passou a estar elencado entre os direitos humanos na Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948, ao dispor que “todo homem tem direito a organizar sindicatos e a neles ingressar para a proteção dos seus interesses”;
- d) a OIT, com a Convenção n° 87, de 1948, passou a determinar as linhas mestras sobre o direito de livre sindicalização, sem qualquer ingerência por parte do Estado;
- e) a Constituição Federal de 1988, ao dispor no seu art. 8° que é livre a associação profissional ou sindical, permitiu a ratificação pelo Brasil da Convenção n° 87 da OIT.

QUESTÃO 9

Assinale a alternativa incorreta em sede de Direito:

- a) trabalhador avulso é o que presta serviços a inúmeras empresas, agrupado em entidade de classe, por intermédio desta e sem vínculo empregatício;
- b) trabalhador temporário é a pessoa física contratada por empresa de trabalho temporário, mediante contrato verbal ou escrito pelo prazo não superior a três meses, para a prestação de serviço destinado a atender à necessidade transitória de substituição de pessoal regular e permanente ou ao acréscimo extraordinário de tarefas de outras empresas;
- c) trabalhador autônomo presta trabalho por conta própria, enquanto que o empregado presta trabalho por conta alheia;
- d) a prestação de serviços com exclusividade não é considerada pela doutrina e pela jurisprudência trabalhistas como uma das condições para o reconhecimento da relação de emprego;
- e) empregado doméstico é quem presta serviços de natureza contínua e de finalidade não lucrativa a outra ou outras pessoas físicas, no âmbito residencial destas, e para o doméstico ter direito ao seguro-desemprego e ao FGTS é necessária sua inscrição no FGTS, o que, no entanto, constitui faculdade do empregador.

QUESTÃO 10

Em relação ao salário é incorreto afirmar:

- a) o vocábulo salário deriva do termo latino *salarium*, e este de sal, *salis*, porque era costume entre os romanos pagar os seus serviçais domésticos com quantidades de sal;
- b) salário é a contraprestação do trabalho, devida e paga diretamente pelo empregador, e integram o salário não só a importância fixa estipulada como também as comissões, percentagens, gratificações ajustadas, diárias para viagens e abonos pagos pelo empregador;
- c) a quantidade do salário estipulado por unidade de tempo está diretamente relacionada com a quantidade de trabalho, pois o empregado recebe salário na exata medida do trabalho prestado ao empregador dentro da jornada de trabalho;
- d) o instituto do salário é informado por princípios específicos, tais como da intangibilidade, da isonomia, da irredutibilidade e da inalterabilidade;
- e) salário normativo é uma espécie de salário mínimo específico fixado em norma coletiva para determinada categoria profissional e, uma vez estabelecido, afasta a incidência do salário mínimo legal.

QUESTÃO 11

Sobre o direito probatório na esfera Processual Civil é possível afirmar:

- a) arrolado como testemunha, o juiz não se torna impedido de julgar a causa se a parte que o incluiu no rol vier a desistir de seu depoimento;
- b) a decisão que resolve o incidente de falsidade documental não faz coisa julgada material;
- c) havendo necessidade de nova perícia, esta substituirá a anterior, desde que tenha por objeto os mesmos fatos sobre os quais recaiu a primeira;
- d) considera-se prova lícita a gravação magnética de conversação telefônica por um dos interlocutores sem o conhecimento do outro;

e) nenhuma das alternativas é correta.

QUESTÃO 12

Assinale a alternativa correta, em sede processual civil:

- a) é inadmissível a cumulação de ações se para cada pedido formulado corresponder tipo diverso de procedimento;
- b) a Fazenda Pública tem prazo em quádruplo para reconvir e em dobro para contrarrazoar recursos;
- c) a alienação da coisa ou do direito litigioso, a título particular, por ato entre vivos, não altera a legitimidade das partes;
- d) no procedimento sumário, as causas de natureza dúplice admitem reconvenção;
- e) todas as alternativas são incorretas.

QUESTÃO 13

"Ação autônoma, especial e de procedimento sumário, destinada a excluir de constrição judicial, bens de que tem a posse ou a posse e o domínio" (Luiz Felipe Silveira Difini); Ação constitutiva, que busca desconstituir o ato judicial abusivo, restituindo as partes ao estado anterior à apreensão impugnada" (Humberto Theodoro Júnior); "ação especial de procedimento sumário, destinada a excluir bens que estão sendo, ilegitimamente, objeto de ações alheias (Hamilton de Moraes e Barros). Os conceitos doutrinários acima, a luz do Direito Processual Civil, identificam:

- a) ação de imissão de posse, atentado e interdito proibitório, nesta ordem;
- b) ação de manutenção, reintegração ou reivindicatória, em ordem inversa;
- c) ação de embargos de terceiro;
- d) ação de modificação de julgado ou revisional, ação inominada que visa durante o inventário, ao direito de habitação à viúva meeira ou companheira e medida cautelar de seqüestro;

- e) ação especial que objetiva obter a liberação de qualquer gravame processual-judicial, ação de embargos de terceiro e busca e apreensão.

QUESTÃO 14

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal firmou-se no sentido de que a norma constitucional que proíbe tratamento normativo discriminatório, em razão da idade, para efeito de ingresso no serviço público, se reveste de caráter absoluto, não sendo legítima, em consequência, a estipulação de exigência de ordem etária, mesmo quando esta decorrer da natureza e do conteúdo ocupacional do cargo público a ser provido;

- a) a assertiva é correta por representar o entendimento do STF, que se sustenta também no princípio da razoabilidade;
- b) a assertiva se encontra equivocada, de vez que o STF tem assentado, forte no princípio da razoabilidade que é legítima a estipulação de exigência etária em decorrência da natureza e do conteúdo ocupacional do cargo a ser provido, salvo se ao tratamento diferenciado instituído pelo legislador não corresponder motivo bastante que o justifique lógica e racionalmente. Isso significa, portanto, que se impõe identificar, em cada caso ocorrente, no texto da lei que estipulou o limite etário, a existência de um vínculo de correlação lógica entre o fator de discrimen e a desequiparação procedida;
- c) a assertiva é incorreta, pois o STF tem orientação jurisprudencial firme no sentido de que é manifestamente inconstitucional qualquer limitação etária para ingresso no serviço público, forte no princípio da igualdade;
- d) a assertiva é incorreta, pois inexistente na Constituição Federal regra que limite pela faixa etária o ingresso no serviço público ou o acesso aos cargos políticos, de parlamentares e ministros;
- e) a assertiva se apresentaria correta se fosse dirigida exclusivamente para o acesso às forças armadas e à polícia e aos órgãos fiscais .

QUESTÃO 15

Assinale a alternativa correta:

- a) os direitos de primeira geração (direitos civis e políticos) que compreendem as liberdades clássicas, negativas ou formais, realçam o princípio da liberdade;
- b) os direitos de segunda geração (direitos econômicos, sociais e culturais) se identificam com as liberdades positivas, reais ou concretas — acentuam o princípio da igualdade;
- c) os direitos de terceira geração, que materializam poderes de titularidade coletiva atribuídos genericamente a todas as formações sociais, consagram o princípio da solidariedade e constituem um momento importante no processo de desenvolvimento, expansão e reconhecimento dos direitos humanos, caracterizados, enquanto valores fundamentais indisponíveis, como nota de essencial inexauribilidade;
- d) os direitos e garantias fundamentais, direitos individuais e coletivos, na ordem constitucional, sem distinção de qualquer natureza, têm sustentação na igualdade de todos perante a lei, garantindo-se a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País;
- e) todas as afirmativas são corretas;

QUESTÃO 16

Tendo-se presente a jurisprudência do STF concernente à inconstitucionalidade de lei ou de ato normativo e sua interpretação, é incorreto afirmar:

- a) o desrespeito à Constituição tanto pode ocorrer mediante ação estatal, quanto mediante inércia governamental;
- b) a situação de inconstitucionalidade pode derivar de comportamento ativo do Poder Público, que age ou edita normas em desacordo com o que dispõe a Constituição, ofendendo, assim, os preceitos constitucionais;
- c) a situação de inconstitucionalidade de lei pode ser acolhida por violação de princípios constitucionais (explícitos ou implícitos) como o da proporcionalidade e da razoabilidade;
- d) a técnica denominada de interpretação conforme a Constituição só é utilizável quando a norma impugnada admite dentre as variadas interpretações possíveis uma

que se compatibilize com a Carta Magna, podendo ser “interpretação conforme com redução de texto, interpretação conforme sem redução de texto ou pode ser excluída da norma determinada interpretação;

- e) a interpretação conforme a Constituição, sem redução de texto, declara inconstitucional a norma impugnada e importa em suspensão imediata do dispositivo legal submetido ao exame do STF, desde que a decisão que aprecie o recurso extraordinário seja definitiva de mérito e prolatada pelo Tribunal Pleno, por dois terços de seus membros.

QUESTÃO 17

S.P.Q.R.

Sobre a responsabilidade civil do Estado na legislação brasileira é incorreto afirmar:

- a) a Constituição Federal de 1998 acolheu a responsabilidade objetiva do Estado;
- b) para o reconhecimento da responsabilidade civil do Estado há que se verificar o nexo causal entre a ação ou omissão do Poder Público e o evento danoso, constituindo fatores de exclusão dessa responsabilidade o exercício regular de direito, caso fortuito ou de força maior e a culpa da vítima ou de terceiro;
- c) além do risco decorrente das atividades estatais em geral (teoria do risco administrativo), constitui também fundamento da responsabilidade do Estado consagrada na Constituição Federal o princípio da repartição dos encargos, pois o Estado, ao ser condenado a reparar os prejuízos do lesado, não seria o sujeito pagador direto, já que os valores indenizatórios seriam resultantes da contribuição feita pelos demais integrantes da sociedade;
- d) o direito de regresso somente é assegurado ao Estado no sentido de dirigir sua pretensão indenizatória contra o agente responsável pelo dano, quando tenha este agido com dolo;
- e) pretensão formulada pelo indivíduo para obter do Estado a reparação de prejuízos atenua em muito o princípio de que o ônus da prova incumbe a quem alega, pois se o autor da ação alegar a existência do fato, o dano e o nexo de causalidade entre um e outro, cabe ao Estado-réu a contraprova de tais alegações.

QUESTÃO 18

Assinale a alternativa incorreta:

- a) na Emenda Constitucional nº 19, promulgada em 1998 e conhecida como “Reforma Administrativa”, foi incluído o princípio da eficiência dentre os princípios expressos que devem nortear a atuação da administração pública;
- b) o novo mandamento que estabelece que a todos é assegurado razoável duração do processo, bem como os meios que garantam a celeridade de sua tramitação, foi criado pela Emenda Constitucional nº 45, de 08.12.2004, denominada de “Reforma do Judiciário”, para ser observado no âmbito judicial, não tendo aplicação no âmbito administrativo;
- c) a Constituição de 1988 trouxe expressamente pela primeira vez os princípios que deveriam nortear a atuação da Administração Pública, rompendo uma tradição da adoção de princípios implícitos, como fora feito pelas Constituições anteriores;
- d) a recente resolução regulamentadora de dispositivo constitucional, aprovada pelo Conselho Nacional de Justiça, que veda a prática de nepotismo contribui para preservar os padrões de moralidade e de impessoalidade no serviço público, mas tem alcance limitado ao Poder Judiciário;
- e) o princípio da impessoalidade se concretiza em várias regras constantes da Constituição, inclusive nas que exigem a realização de concurso para provimento de cargos e nas que estabelecem a necessidade das licitações para a celebração de contratos pela Administração Pública.

QUESTÃO 19

Sobre as pessoas administrativas que compõem a Administração Indireta é incorreto afirmar:

- a) as empresas públicas são, basicamente, organizações empresariais mantidas exclusivamente pelo Estado;
- b) as sociedades de economia mista destinam-se a formalizar a associação entre capitais públicos e privados para um empreendimento conduzido sob a orientação do Estado, que detém o controle acionário, sendo exemplos o Banco do Brasil, a Petrobrás, a

CASAN (Companhia Catarinense de Água e Saneamento) e a CELESC (Centrais Elétricas de Santa Catarina);

- c) o ingresso dos servidores nas empresas públicas deve ser precedido de aprovação em concurso público, e o vínculo jurídico que se firma entre eles e aquelas pessoas administrativas tem natureza estatutária;
- d) fundação pública é pessoa jurídica de direito privado, instituída por ato legislativo sob a forma de fundação, para desempenho de atividades destituídas de cunho econômico, de interesse coletivo, e mantida com recursos públicos;
- e) autarquia pode ser definida como pessoa jurídica de direito público, integrante da Administração Indireta, criada por lei para desempenhar funções que, despidas de caráter econômico, sejam próprias e típicas do Estado.

QUESTÃO 20

Assinale a alternativa correta, tendo presente a novel posição da jurisprudência do Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina, que segue a recomendação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, envolvendo aqui matéria processual civil e trabalhista (CPC, art. 593 - fraude à execução):

- a) inexistente fraude à execução quando o bem do sócio é alienado a terceiro de boa-fé em data muito anterior à efetivação da penhora. O adquirente, como terceiro de boa fé, por outro lado, tem que ser protegido quando não haja, como no caso, registro algum, quer no Juízo Trabalhista, quer no registro de imóveis, dando conta de qualquer restrição ao negócio jurídico realizado. Não há como ser reconhecida a fraude à execução quando terceiro, agindo de boa-fé e tomando as cautelas possíveis, adquiriu imóvel de outro que não o executado anteriormente ao registro da penhora;
- b) o terceiro que, de boa-fé, adquiriu e tomou posse de bem imóvel antes da inclusão do proprietário anterior, sócio da empresa executada no pólo passivo da ação, somente na fase de execução, não pode ser prejudicado com a expropriação do bem;
- c) não se pode descurar do direito de terceiros de boa fé, que nenhuma responsabilidade têm pelos débitos trabalhistas em execução e sequer poderiam ser concededores da existência de ação contra o antigo proprietário do bem adquirido;

- d) não há falar em fraude à execução quando ao tempo da alienação do bem, ainda que tenha ocorrido após o ajuizamento da ação, o sócio alienante não era integrante do pólo passivo da demanda, da qual só veio a fazer parte após a deflagração da despersonalização da pessoa jurídica;
- e) não há incorreção nas alternativas.

QUESTÃO 21

Assinale a alternativa incorreta em sede de Direito Processual Civil:

- a) o relator converterá o agravo de instrumento em agravo retido, salvo quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida, mandando remeter os autos ao juiz da causa, ou poderá ao atribuir efeito suspensivo ao recurso, nos casos previstos, ou deferir, em antecipação de tutela, total ou parcialmente, a pretensão recursal;
- b) quando a matéria controvertida for unicamente de direito e no Juízo já houver sido proferida sentença de total improcedência em outros casos idênticos, poderá ser dispensada a citação e proferida sentença, reproduzindo-se o teor da anteriormente prolatada. Se o autor apelar da decisão, o juiz poderá não manter sua decisão e determinar o normal prosseguimento da ação, com a citação regular do réu. Mantida a decisão, será o réu intimado para responder ao recurso;
- c) feita a denunciação pelo autor, o denunciado, comparecendo, assumirá a posição de litisconsorte do denunciante e poderá aditar a petição inicial, procedendo-se em seguida à citação do réu;
- d) o juiz não receberá o recurso de apelação quando a sentença estiver em conformidade com súmula do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal;
- e) juiz pronunciará, de ofício, a prescrição.

QUESTÃO 22

Assinale a alternativa incorreta em sede de Direito Processual Civil:

- a) o juiz não se exime de sentenciar ou despachar alegando lacuna ou obscuridade da lei. No julgamento da lide caber-lhe-á aplicar as normas legais; não as havendo, recorrerá à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de direito;
- b) o juiz só decidirá por equidade nos casos previstos em lei;
- c) convencendo-se, pelas circunstâncias da causa, de que autor e réu se serviram do processo para praticar ato simulado ou conseguir fim proibido por lei, o juiz comunicará o fato ao Ministério Público e suspenderá o processo até o julgamento definitivo da ação penal;
- d) responderá por perdas e danos o juiz que, no exercício de suas funções, proceder com dolo ou fraude, recusar, omitir ou retardar, sem justo motivo, providência que deva ordenar de ofício, ou a requerimento da parte;
- e) o ajuizamento da ação rescisória não impede o cumprimento da sentença ou acórdão rescindendo, ressalvada a concessão, caso imprescindíveis e à luz dos pressupostos previstos em lei, de medidas de natureza cautelar ou antecipatória de tutela.

QUESTÃO 23

Considerando que o Estado Democrático de Direito conta com princípios de “segurança jurídica” e de “proteção da confiança” entre outros, assinale a alternativa incorreta:

- a) a lei prevê situações, segundo a doutrina, em que a segurança jurídica, em setores sensíveis a relevantes valores de ordem pública ou excepcional interesse social, autoriza declaração de inconstitucionalidade com efeitos apenas para o futuro (*ex-nunc*);
- b) a garantia constitucional da segurança jurídica traduzida pela coisa julgada pode ser superada, no caso da ação rescisória, porque, segundo a doutrina, os princípios da segurança jurídica e da justiça (equidade) são elementos principais da idéia de Direito;
- c) o princípio da segurança jurídica é absoluto no que concerne a modificação das normas legais vigentes a seu tempo, donde resulta violado quando o legislador voltado aos interesses individuais, invocando valores constitucionais superiores e pela

sua transcendência, altera normas aparentemente enfraquecedoras da segurança jurídica;

- d) há fatores e situações que, conjuntamente, comprometem a força protegida pela segurança jurídica e recomendam a prevalência de outro princípio de estatura constitucional;
- e) o princípio da segurança jurídica pode ser modulável em função de imperativos, de outros componentes da noção de Estado de Direito, cabendo ao legislador conciliar os diferentes imperativos e a segurança jurídica.

QUESTÃO 24

As inovações constitucionais recentes (EC nº 45/2004), no que concerne à Reforma do Judiciário, elevaram a celeridade, a qualidade, a segurança jurídica, a economicidade e a acessibilidade ao *status* de garantia constitucional. Assinale a alternativa incorreta.

- a) as Escolas Nacionais de Magistrados, instituídas para o aperfeiçoamento técnico dos magistrados, têm previsão constitucional, cabendo-lhes, dentre outras funções, regulamentar os cursos oficiais para ingresso e promoção na carreira;
- b) são assegurados a todos, no âmbito judicial e administrativo, a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de tramitação, tais como previsto pelo ordenamento jurídico, os despachos monocráticos, aplicação de multas, redução recursal, com critérios denominados de “repercussão geral” e “transcendência” e a distribuição imediata de todos os processos;
- c) a aprovação de súmulas pelo Supremo Tribunal Federal, por decisão de dois terços dos seus membros, vinculará, pelos seus efeitos, a partir da publicação na imprensa oficial, os demais órgãos do Poder Judiciário e a administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal;
- d) é possível a lotação de juízes por unidade jurisdicional proporcionalmente à efetiva demanda judicial e à respectiva população, assim como a instalação da justiça itinerante e a descentralização de câmaras regionais;
- e) sem prejuízo do que vier a ser estabelecido em lei, a aprovação, a revisão ou o congelamento de súmula poderão ser provocados por aqueles que podem propor ação civil pública e ação direta de inconstitucionalidade.

QUESTÃO 25

Assinale a alternativa incorreta, em sede constitucional:

- a) a iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos na Constituição;
- b) do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar súmula do Supremo Tribunal Federal aplicável ou que indevidamente a aplicar caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal, que, julgando-a procedente, anulará o ato administrativo ou cassará a decisão judicial reclamada e determinará que outra seja proferida com ou sem a aplicação da súmula, conforme o caso;
- c) ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições: I - tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função; II - investido no mandato de prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração; III - investido no mandato de vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior; IV - em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento; V - para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse;
- d) os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais;
- e) competem à Advocacia-Geral da União, como instituição, diretamente ou através de órgão vinculado, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo, entre outras atribuições, tudo na forma da Lei Complementar.

QUESTÃO 26

Sobre a interpretação das normas trabalhistas assinale a alternativa incorreta:

- a) ao decidir uma argüição de nulidade em um processo, será válido ao juiz se valer do informalismo processual, do qual deriva, mas também lhe dá causa, o princípio da instrumentalidade das formas processuais ;
- b) equidade, juridicamente, não significa igualdade *stricto sensu*, mas um critério de moderação, nem sempre de acordo com disposições precisas de direito objetivo;
- c) segundo a legislação brasileira, desde que não haja convenção internacional em contrário, quando se trata de trabalhador brasileiro prestando serviço no estrangeiro em filial de empresa brasileira, é competente a autoridade judiciária brasileira, aplicando-se a lei processual do Brasil quanto à prova dos fatos ocorridos no exterior;
- d) na instrução, a matéria de prova rege-se pelas normas que estiverem em vigor no momento em que ela se realizar;
- e) na execução, a eficácia da sentença da qual ela decorre encontra-se disciplinada pela lei vigente quando da prolação da decisão, mas os procedimentos e prazos ficam sujeitos à lei nova .

QUESTÃO 27

Quanto à prova dos fatos, em sede trabalhista, é correto afirmar:

- a) sobre os fatos alegados na inicial ou na contestação, as partes que necessitam de se desincumbir do ônus da prova têm o direito de juntar documentos aos autos até o encerramento da instrução;
- b) a produção das provas pode ser antecipada mediante medida cautelar, a qualquer tempo, e sua eficácia, via de regra, independe do prazo para ajuizamento da ação principal;

- c) a cópia de documentos para instruir a inicial ou a defesa só terá força probante se estiver autenticada em cartório ou quando conferida pelo próprio Juiz ou pelo advogado, mediante declaração deste;
- d) o incidente de falsidade pode ser suscitado em qualquer tempo ou grau de jurisdição;
- e) a inexistência de controvérsia sobre determinado fato impede que o juiz exija a prova correspondente.

QUESTÃO 28

Quanto ao prazo para o reclamado contestar a ação, assinale a decisão passível de reforma pelo Tribunal na hipótese que segue:

Tendo recebido a notificação por AR em 9.02.2006 (quinta-feira) para comparecer à audiência designada para o dia 13.02.2006, o reclamado, em audiência, suscitou a nulidade da citação e a necessidade de ser oferecido um prazo maior para a contestação. Assim decidiu o Juiz do Trabalho:

- a) deferiu novo prazo de 8 dias, por analogia dos prazos recursais trabalhistas;
- b) deferiu novo prazo de 15 dias por analogia quanto ao prazo da reconvenção e do processo civil;
- c) não deferiu dilação de prazo, por estarem atendidos os pressupostos legais quanto à designação da audiência inicial, notadamente pelo recebimento da citação inicial enviada pela via postal em 06.02.2006;
- d) redesignou nova audiência inicial para o dia 11.05.2006, por entender que no processo do trabalho a defesa deverá ser obrigatoriamente apresentada em audiência que preveja a conciliação no mesmo ato;
- e) deferiu novo prazo de 10 dias, por analogia dos prazos de contestação das ações cautelares, devendo a petição ser protocolada na Secretaria da Vara.

QUESTÃO 29

Assinale a afirmativa correta em sede trabalhista:

- a) após a citação do reclamado, o autor somente poderá aditar a inicial mediante a concordância deste;
- b) na substituição processual é dispensável o rol dos substituídos;
- c) na fase de instrução é cabível a atuação de advogado sem procuração nos autos mediante a configuração do mandato tácito;
- d) o termo de conciliação a ser homologado pelo juiz do trabalho precisa se ater aos limites da lide;
- e) a quitação no termo de rescisão do contrato de trabalho devidamente homologado sem ressalvas pelo sindicato será sempre pelas quantias, e não pelas parcelas consignadas.

QUESTÃO 30

Assinale a alternativa correta.

Nas obrigações civis decorrentes de ato ilícito:

- a) os juros convencionais incidem a contar da citação válida;
- b) é necessária a interpelação judicial ou extrajudicial do devedor para a caracterização da *mora solvendi*;
- c) não se escusa o devedor da mora, mesmo que prove a ocorrência de caso fortuito ou força maior;
- d) considera-se o devedor em mora, desde o momento em que a praticou;
- e) nenhuma das alternativas está correta.

QUESTÃO 31

A respeito do contrato de locação de obra (ou empreitada), é possível afirmar:

- a) com a morte do empreiteiro, seus sucessores continuarão a obra, mesmo que o ajuste tenha sido celebrado *intuitu personae*;
- b) o empreiteiro tem direito de retenção sobre a obra, podendo recusar a entrega até que o comitente satisfaça a sua obrigação;

- c) em atenção ao princípio da imutabilidade do preço (CC, art. 619), não se admite a aplicação da teoria da imprevisão;
- d) na empreitada de labor, o comitente responde solidariamente com o empreiteiro pelos riscos da obra;
- e) nenhuma das alternativas anteriores.

QUESTÃO 32

Presentes as notas essenciais das normas jurídicas de imperatividade e autorização, assinale a alternativa incorreta:

- a) quanto à imperatividade, são denominadas de absolutamente cogentes ou de ordem pública as normas consideradas de imperatividade relativa;
- b) as normas cuja imperatividade é dispositiva permitem a ação ou abstenção ou suprem a declaração de vontade não existente, por isso conhecidas também como de imperatividade relativa;
- c) as normas de autorização mais que perfeitas são as que por sua violação autorizam a aplicação de duas sanções: a nulidade do ato ou o restabelecimento anterior e a aplicação de uma pena ao violador;
- d) as normas menos que perfeitas autorizam, caso violadas, a aplicação de pena ao violador e a anulação do ato que as violou;
- e) as normas imperfeitas são as que a violação não acarreta qualquer consequência jurídica.

QUESTÃO 33

Assinale a alternativa incorreta, com base no Código Civil:

- a) são pessoas jurídicas de direito privado as associações, as sociedades, as fundações, as organizações religiosas e os partidos políticos;
- b) as associações constituem-se pela união de pessoas que se organizam para fins não econômicos e sem direitos e obrigações recíprocos;

- c) decai em três anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado de sua inscrição no registro;
- d) em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, pode o juiz decidir, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica;
- e) as associações secretas, com fins lícitos, embora sua finalidade e conteúdo ideológico ou místico sejam apenas de conhecimento dos iniciados ou filiados, poderão ser tidas como pessoas jurídicas de direito privado, com registro regular de seus atos constitutivos, fazendo-se titular de direitos e obrigações .

QUESTÃO 34

Assinale a alternativa incorreta, em sede de Direito Civil:

- a) até dois anos depois de averbada a modificação do contrato, responde o cedente solidariamente com o cessionário, perante a sociedade e terceiros, pelas obrigações que tinha como sócio, conforme consta das regras das sociedades personificadas simples;
- b) o sócio, cuja contribuição consista em serviços, não pode empregar-se em atividade estranha à sociedade, sob pena de ser privado de seus lucros e dela excluído, salvo convenção em contrário;
- c) somente pessoas físicas podem tomar parte na sociedade em nome coletivo;
- d) na sociedade em comandita simples tomam parte sócios de duas categorias: os comanditários, obrigados somente pelo valor de sua quota, e os comanditados, pessoas físicas, responsáveis solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais;
- e) na sociedade em comandita simples o contrato deve discriminar os sócios, aplicando as normas da sociedade em nome coletivo que forem compatíveis com as normas do Código Civil a respeito dessa espécie de sociedade.

QUESTÃO 35

A solidariedade ativa e passiva, segundo o Código Civil, deve ser examinada externa e internamente, tendo em vista as relações dos co-devedores solidários com o credor e as dos devedores entre si e os efeitos jurídicos da solidariedade passiva no que atine às relações entre co-devedores solidários e o credor, ante o fato de o conjunto de deveres apresentar-se como se apenas houvesse um devedor. Diante dessa assertiva assinale a alternativa incorreta:

- a) o pagamento parcial feito por um dos devedores e a remissão por ele obtida não aproveitarão aos demais, senão até a concorrência da quantia paga ou relegada;
- b) o credor terá direito de exigir de qualquer co-obrigado a satisfação da dívida total ou parcialmente;
- c) a morte de um dos devedores solidários importa em divisão entre os herdeiros, respondendo cada um pela quota correspondente a seu quinhão, salvo se a obrigação for divisível, caso em que os herdeiros serão tidos, por ficção legal, com um só devedor solidário, relativamente aos outros co-devedores solidários;
- d) o credor pode renunciar a solidariedade em relação a um , alguns ou todos os devedores, escolhendo entre eles os seus prediletos;
- e) Alberto Godoy, Marcos Mello e Marta Maria são devedores solidários de Delíssimo Moreira da importância de R\$ 30.000,00. Delíssimo renuncia a solidariedade a favor de Alberto. Marcos e Marta respondem solidariamente ainda pelo valor de R\$ 20.000,00, sendo que Delíssimo pode reclamar o saldo diretamente de Alberto.

QUESTÃO 36

Sobre normas e procedimento do Processo do Trabalho é correto afirmar:

- a) não havendo outro prazo fixado em lei, o prazo da parte para praticar os atos que lhe incumbem é de oito dias;
- b) o princípio do duplo grau de jurisdição também se aplica a todos os processos que tramitem na Justiça do Trabalho;

- c) o ato declaratório da liquidação extrajudicial de uma determinada empresa não impedirá o ajuizamento de ações contra ela e nem o prosseguimento do feito, devendo a execução ser paralisada na fase da penhora;
- d) a prescrição intercorrente é aplicável nas hipóteses de arquivamento da ação pela ausência do empregado na primeira audiência;
- e) é cabível a extinção do processo, por sentença do juiz de primeiro grau na fase de execução, pelo fato de a condenação transitada em julgado ter sido proferida com base em dissídio coletivo julgado extinto pelo Tribunal Superior do Trabalho.

QUESTÃO 37

Sobre o processo de execução trabalhista assinale a alternativa correta:

- a) só advogados com procuração nos autos podem obter cópias de processo em tramitação normal (ativos);
- b) a carta de fiança bancária equivale a dinheiro para efeito da gradação dos bens penhoráveis;
- c) inexistente a figura da remição da penhora nos moldes do Código de Processo Civil;
- d) como o processo é movido por impulso do juiz, o exequente não pode desistir da execução.
- e) o recurso de revista é incabível em sede de execução.

QUESTÃO 38

Assinale a alternativa correta em sede do Direito Processual do Trabalho:

- a) no processo do trabalho que é peculiar, quando os litisconsortes tiverem diferentes procuradores, não serão contados em dobro os prazos para recorrer;
- b) a decisão que julgar os embargos à execução poderá ser remetida via postal, restando presumido o seu recebimento pelas partes 48 horas após a regular expedição;
- c) a denúncia à lide é incompatível com o processo do trabalho, encontrando-se essa matéria já pacificada no âmbito dos Tribunais Regionais e do TST;

- d) a OIT já editou recomendações visando à obtenção da conciliação nas relações de trabalho;
- e) enquanto a prescrição da pretensão principal é de cinco anos, a prescrição para o respectivo recolhimento da contribuição para o FGTS é trintenária.

QUESTÃO 39

Assinale a alternativa correta:

- a) a contribuição confederativa pode ser exigida dos empregados filiados e não filiados ao sindicato, sendo matéria de competência da Justiça do Trabalho;
- b) a Convenção nº 158 da OIT, sendo auto aplicável, trouxe a obrigação de adoção de seus conceitos pela legislação processual trabalhista;
- c) cabe recurso extraordinário de decisão do Tribunal Regional do Trabalho quando a matéria abordada na decisão e no recurso tenha cunho nitidamente constitucional;
- d) o abandono do processo pelo reclamante por mais de 30 dias, não promovendo os atos que lhe competiam, pode implicar a extinção antecipada do processo trabalhista;
- e) nenhuma das alternativas anteriores.

QUESTÃO 40

Assinale a alternativa incorreta, envolvendo matérias do Direito do Trabalho e do Direito Processual do Trabalho:

- a) no caso de a tutela antecipada ser concedida antes da sentença, não cabe recurso, e sim mandado de segurança;
- b) uma questão processual pode ser objeto de ação rescisória;
- c) para caracterizar o turno ininterrupto de revezamento é necessária a prova da atividade contínua da empresa, no total ou na parte (setor) que interessa à discussão da causa;
- d) nos casos de improbidade, já não se faz necessário o prévio ajuizamento de inquérito judicial para apuração de falta grave de empregado dirigente sindical;

- e) para o ajuizamento da ação trabalhista, a norma coletiva de aplicação às relações de trabalho do empregado de categoria diferenciada em relação às normas da categoria preponderante não pode ser objeto de opção pelo empregado.

Questão 41

Assinale a alternativa correta, em sede de Processo do Trabalho:

- a) a federação pode ajuizar ação de cumprimento na condição de substituto processual na falta de sindicato específico da categoria;
- b) na forma do atual CPC, a inicial trabalhista pode ser indeferida de plano se não contiver documentos indispensáveis à sua propositura;
- c) a convenção coletiva poderá ter a duração de até dois anos, mas para as sentenças normativas esse limite é dobrado (4 anos);
- d) a competência para julgar dissídios coletivos de empresas que mantêm atividades e filiais em vários Estados da Federação é do TRT, que só decidirá em relação à sua área de atuação;
- e) nenhuma das respostas anteriores está correta.

QUESTÃO 42

Em relação à figura do preposto do empregador no Processo do Trabalho, é incorreto afirmar:

- a) se o preposto do empregador já foi ouvido na primeira audiência, não precisará comparecer na audiência de instrução;
- b) exceto quanto à reclamação do empregado doméstico, o preposto deve ser, necessariamente, empregado do empregador;
- c) sem o preposto, ocorrerá a revelia caso na primeira audiência compareça somente o advogado profissional liberal autônomo, munido da respectiva procuração outorgada pelo reclamado contendo cláusula *ad judicium*;
- d) se o advogado tiver vínculo de emprego com a empresa que esteja representando em Juízo, poderá acumular a função de preposto. Nesse caso, o Juiz deverá dispensar o

seu depoimento para que não surja incompatibilidade com o Código de Processo Civil, que estabelece ser defeso a quem ainda não depôs assistir ao interrogatório da outra parte;

- e) se o torneiro mecânico de uma indústria metalúrgica reclamar horas extras laboradas durante o período contratual incontroverso e o preposto declarar que desconhece a jornada trabalhada pelo empregado, estará configurada a procedência do pedido, salvo se do conjunto probatório puder o Juízo decidir de forma diferente.

QUESTÃO 43

Quanto ao procedimento sumaríssimo no Processo Trabalhista, assinale a resposta correta:

- a) o procedimento sumaríssimo se aplica a todos os dissídios individuais de valor até sessenta vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação, salvo em se tratando de administração pública direta, autárquica ou fundacional;
- b) apenas duas testemunhas para cada parte poderão ser ouvidas, exceto em caso de reclamação individual plúrima;
- c) não poderão as partes indicar assistente técnico;
- d) a citação por edital é cabível no procedimento sumaríssimo;
- e) no procedimento sumaríssimo apenas caberá recurso de revista, por contrariedade à súmula de jurisprudência uniforme do TST e por violação direta da Constituição Federal.

QUESTÃO 44

Em relação à conciliação prévia no Processo do Trabalho assinale a alternativa correta:

- a) os trabalhadores têm de submeter suas controvérsias às Comissões de Conciliação Prévia, quando existentes na empresa ou no sindicato da categoria. A exigência corresponde a um requisito processual a ser necessariamente observado, sendo injustificáveis os motivos da não-submissão;

- b) o prazo para a realização da sessão de tentativa de conciliação é de apenas 15 dias, sendo obrigatório o fornecimento de declaração de tentativa frustrada caso esse prazo seja ultrapassado;
- c) o prazo prescricional fica suspenso a partir da provocação da Comissão de Conciliação caso a parte intente a ação trabalhista no prazo de 30 dias;
- d) os termos de conciliação firmados perante as Comissões de Conciliação Prévia poderão ser executados perante a Justiça do Trabalho, da mesma forma que os termos de ajuste de conduta firmados perante o Ministério Público do Trabalho e as decisões judiciais passadas em julgado;
- e) nenhuma das alternativas está correta.

QUESTÃO 45

Sobre o enfoque do Processo do Trabalho, assinale a alternativa correta:

- a) se a matéria envolver ofensa direta à Constituição Federal, mediante a interposição de recurso de revista é possível a parte impugnar o termo de conciliação homologado pelo Tribunal Regional do Trabalho, firmado de forma equivocada pelas partes antes do julgamento do recurso ordinário;
- b) é do empregador o ônus da prova do fato impeditivo, modificativo ou extintivo da equiparação salarial pretendida pelo empregado;
- c) nos Tribunais, compete ao colegiado decidir sobre o pedido de antecipação de tutela, devendo o relator submeter o caso à apreciação independentemente de pauta, na sessão imediatamente subsequente;
- d) o recibo de salário é indispensável para comprovar o regular pagamento de empregado doméstico em ação trabalhista;
- e) nenhuma das alternativas está correta.

QUESTÃO 46

No Direito Processual do Trabalho é incorreto afirmar:

- a) as ações que discutem a validade das multas trabalhistas aplicadas pelos órgãos federais de fiscalização do trabalho são de competência da Justiça do Trabalho;
- b) a pré-existência de recursos administrativos impugnando as multas decorrentes das autuações impostas pelas Delegacias Regionais do Trabalho é um dos pressupostos de validade para as ações judiciais que têm a mesma finalidade;
- c) a interdição de estabelecimento imposta por Delegado Regional do Trabalho pode ser revogada por decisão da Justiça do Trabalho;
- d) a condenação a pagamento de adicional de insalubridade considerando agente insalubre diverso do apontado na inicial não extrapola os limites da lide, nos termos do entendimento sumulado pelo TST;
- e) no caso de processo administrativo perante a DRT que venha a ser encaminhado pela autoridade administrativa à Justiça do Trabalho, os despachos e demais atos da via extrajudicial são provas pré-constituídas e que em relação às alegações das partes configuram preclusão.

QUESTÃO 47

Em relação ao Processo do Trabalho é incorreto afirmar:

- a) a substituição processual independe da autorização dos substituídos;
- b) para a representação dos empregados pelos sindicatos em dissídios coletivos é indispensável a autorização expressa através de assembléias da categoria profissional;
- c) o STF tem entendido que o poder normativo da Justiça do Trabalho que se manifesta pela instituição de cláusulas em dissídios coletivos não pode instituir cláusulas de estabilidade no emprego por contrariar a Constituição Federal;
- d) os Estados-Membros da Federação podem legislar sobre matéria trabalhista que outorgue estabilidade a servidores estaduais;
- e) é pacífico o entendimento de ser cabível o recurso de revista em agravo de petição se for discutida matéria constitucional a fim de que o contencioso constitucional possa ser apreciado pelo Supremo Tribunal Federal.

QUESTÃO 48

Assinale a proposição errada:

- a) decadência é a extinção do direito que o INSS tem de apurar e constituir, por lançamento, o seu crédito previdenciário em determinado tempo que não pode ser interrompido nem suspenso;
- b) para comprovar o exercício de atividade remunerada, com vistas à concessão de benefícios, são imprescritíveis as correspondentes contribuições do contribuinte individual, que poderão ser exigidas a qualquer tempo pela Seguridade Social;
- c) havendo embargos à execução opostos pelo executado à conta de execução, o INSS deve ser citado para contestar, ainda que a matéria verse somente sobre o montante da gratificação natalina;
- d) em relação a execução da contribuição previdenciária das empresas optantes pelo regime tributário SIMPLES, é cabível a inclusão na conta das contribuições do empregado e de terceiros, estando isenta a parcela específica da empresa;
- e) deixar de repassar à Previdência Social as contribuições recolhidas dos contribuintes, no prazo e forma da lei, é crime denominado apropriação indébita previdenciária previsto no Código Penal.

QUESTÃO 49

Sobre acidente do trabalho é correto afirmar que:

- a) durante o pagamento do auxílio-doença por acidente de trabalho pelo INSS, a empresa não precisa continuar efetuando os depósitos do FGTS do empregado;
- b) os empregados temporários e avulsos não podem receber o benefício auxílio-doença por acidente de trabalho;
- c) para fins previdenciários, é irrelevante a existência de culpa do segurado;
- d) as doenças não profissionais, se adquiridas no decurso e no local de trabalho, tecnicamente, são equiparáveis aos acidentes;

- e) na hipótese de a CAT – Comunicação por Acidente de Trabalho – ter sido emitida pela autoridade policial competente ou pela entidade sindical correspondente, na forma da lei, a empresa fica isenta dessa mesma obrigação.

QUESTÃO 50

Assinale a alternativa correta:

- a) considera-se fato atípico a denúncia caluniosa envolvendo a prática de contravenção penal;
- b) a ação penal é privada se o crime de exercício arbitrário das próprias razões é praticado sem o emprego de violência;
- c) no crime de roubo tentado, o agente é isento de pena se for ascendente, descendente ou cônjuge da vítima;
- d) não é punível o crime de calúnia contra os mortos e os declarados ausentes na forma da lei civil;
- e) nenhuma das alternativas.

